

DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO FUNCIONAMENTO DO ALGORITMO DO *GOOGLE*

Giselly Tiago Ribeiro Amado¹
gisellyamadoufu@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (BRASIL)

RESUMO. Este trabalho tem como objetivo analisar a construção de sentidos na nomeação do golpe militar no Brasil, com foco na influência do algoritmo do Google. A relevância do tema aumentou quando Bolsonaro ordenou a celebração dos 55 anos do golpe, em março de 2019. Este acontecimento discursivo provocou uma relação de equívoco de datas (1964-2019) e influenciou os resultados de busca, introduzindo o ano 2019 em associação ao golpe militar. Os resultados revelam uma disputa de sentidos entre “golpe” e “revolução” militar, e as análises indicam que esses processos linguísticos impactam sistemas mais amplos na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE. Processos de nomeação. Designação. Disputa de sentidos.

ABSTRACT. This study aims to analyze the construction of meanings in the naming of the military coup in Brazil, focusing on the influence of Google’s algorithm. The relevance of this topic increased when Bolsonaro ordered the celebration of the 55th anniversary of the coup, in March 2019. This discursive event led to a mixing of dates (1964-2019) and influenced the search results, associating the year 2019 with the military coup. The results reveal a dispute of meanings between military “coup” and “revolution”, and the analyses indicate that these linguistic processes impact broader systems in society.

KEYWORDS. Naming processes. Designation. Dispute of meanings.

1. Introdução

A ditadura militar no Brasil aconteceu em um período histórico determinado, com duração de vinte anos. 1964 é o ano que marca o início desse período, em que houve a suspensão das formas constitucionais de representatividade, e em que as forças armadas ocuparam o poder com o pretexto de salvar a pátria da corrupção, da desordem e do comunismo. Além do

¹ Estudante do Doutorado em Estudos Linguísticos – Universidade Federal da Uberlândia, Brasil.

Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/elingUP/>

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2a5

fechamento do Congresso Nacional, esse período foi marcado pela cassação de direitos políticos, perseguição e tortura de adversários políticos, e também pela censura.

A ditadura militar é uma temática que voltou a ficar em evidência no ano de 2019, quando o presidente à data determinou que as Forças Armadas celebrassem o golpe militar de 1964 no dia 31 de março de 2019, data em que o fato completou 55 anos de ocorrência. O argumento utilizado para justificar a celebração foi a afirmação de que não houve golpe militar no Brasil, pois, de acordo com o presidente à data, naquela época, civis e militares juntaram-se, de maneira pacífica, para recuperar e recolocar o país no rumo, evitando que se instaurasse o comunismo.

Na verdade, a temática da ditadura militar era tratada de forma recorrente pelo agora ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que manifestava simpatia com o regime. De acordo com um levantamento realizado pelo Estadão, no período entre 2001 e 2018, ainda como parlamentar, o mesmo demonstrou tal apoio no plenário da Câmara dos Deputados, por 252 vezes, conforme o quadro abaixo:

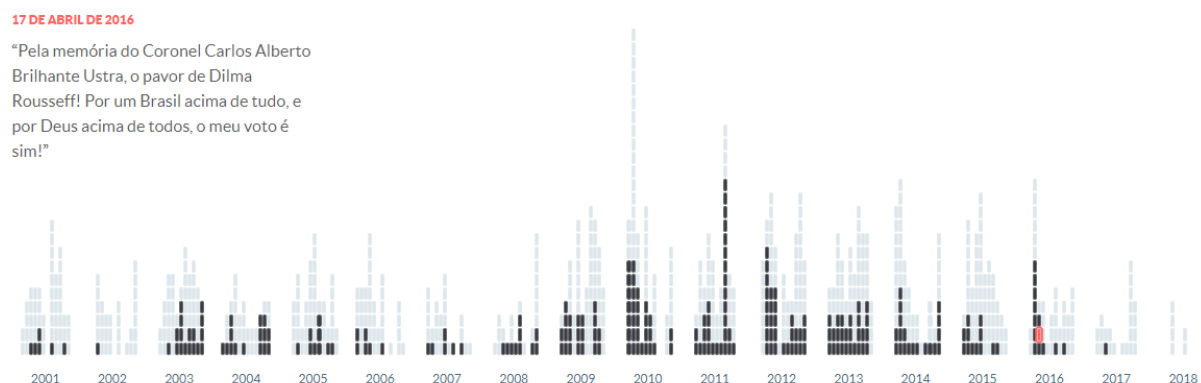


Figura 1. Fonte: Estadão (2019)

No gráfico, cada barra representa um grupo de discursos proferidos anualmente, e a cor preta indica, em cada grupo, os discursos que mencionam a ditadura militar ou eventos relacionados com ela. Proporcionalmente, a cada quatro pronunciamentos, aproximadamente um faz referência ao regime militar ou a eventos relacionados, como o golpe de 31 de março, a promulgação do AI-5, a Lei da Anistia e a Comissão da Verdade. Os dados revelam que, das 901 falas catalogadas durante os 18 anos em que Bolsonaro ocupou o cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, 252 (28%) mencionam o período histórico da ditadura, com uma abordagem predominantemente elogiosa e nostálgica em relação ao regime, destacando os

militares como defensores da ordem nacional e difamando figuras da esquerda política da época.

Ao longo do período de tempo analisado, a frequência e intensidade das menções à ditadura aumentam, especialmente a partir de 2010, coincidindo com a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência e a tramitação da lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade. Nesse contexto, Bolsonaro negou as violações de direitos humanos durante o regime militar e acusou a comissão de parcialidade. O gráfico também destaca, a vermelho, o pronunciamento durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no qual Bolsonaro reforça sua posição elogiosa à ditadura militar e homenageia o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro torturador condenado no Brasil.

Já como presidente, Bolsonaro manteve o apoio irrestrito ao regime militar e seu posicionamento foi o de minimizar os efeitos desse regime, repetindo incessantemente que não aconteceu um golpe militar, mas um movimento político legítimo, que teria contado com total apoio do congresso, do judiciário e da população. O que aconteceu, segundo ele, foi uma intervenção militar a pedido da (e consentido pela) nação para o enfrentamento de crescentes ameaças da “agitação” comunista no país.

A partir dos deslocamentos de sentido em torno do golpe militar de 1964, é possível perceber que foram abertas possibilidades para outras interpretações, em 2019. A motivação para este trabalho surgiu quando percebi que, ao digitar “ditadura militar brasileira” na caixa de busca do *Google*, apareceu automaticamente o ano 2019. Fiquei intrigada com essa possibilidade. Então, li alguns artigos sobre o assunto e verifiquei que todos procuravam esclarecer que o período militar no Brasil aconteceu em uma época datada, utilizando argumentos históricos para comprovar um fato que, anteriormente, era inquestionável.

Sabemos, a partir de Pêcheux (1995), que os sentidos não estão já dados nas palavras, mas se deslocam, ocorrendo uma dispersão discursiva, uma determinação histórica. Antes da controversa proposta de celebrar o dia do golpe militar, designado por Bolsonaro como “revolução militar”, é provável que não tivéssemos um retorno do sistema de buscas que incluísse o ano de 2019 como um complemento ao termo “ditadura militar brasileira”. No entanto, a partir dos modos como os sentidos são produzidos e passam a circular nas formações discursivas, historicamente, esse sentido passa a ser possível e aparece, ao mesmo tempo, em uma relação de equívoco de datas 1964 e 2019.

Diante disso, destaco que há uma disputa de sentidos relacionada aos processos de nomeação “golpe” – “revolução”. Essa disputa é manifestada pela inserção do ano 2019 na

busca relacionada à “ditadura militar brasileira”, sugerindo uma mudança ou deslocamento no entendimento histórico do período. Esse fenômeno, conforme discutido por Pêcheux (1995), revela a dinâmica discursiva na qual os sentidos não são estáticos, mas sim moldados e contestados ao longo do tempo, refletindo as disputas ideológicas e políticas em torno da interpretação dos eventos históricos.

Para compreender o funcionamento em questão, é importante entender como o sistema de buscas do *Google* apresenta os resultados, o que será tratado na próxima seção. Em seguida, trarei os conceitos de “arquivo” para a constituição do *corpus* de pesquisa, logo desenvolvendo a análise do *corpus*, momento em que a descrição e a interpretação estarão imbricadas para a compreensão dos sentidos em deslocamento.

Por fim, serão tecidas algumas considerações, a fim de colaborar com as problematizações acerca dos encaminhamentos em torno do tema ditadura militar brasileira.

2. Como funciona a ferramenta de busca *Google*?

De acordo com o próprio *Google*, ele reúne inúmeras e variadas fontes, concentrando os conteúdos das páginas da *web*. Como esses conteúdos são alterados constantemente, o *Google* se atualiza continuamente, para adicionar ao seu sistema as novas páginas que rastreia. Após localizar uma nova página, o *Google* precisa identificar o conteúdo dela, para indexar as informações. Dessarte, os conteúdos ficarão separados em um grande banco de dados, por títulos, assuntos, palavras-chave, entre outros. O sistema que classifica o *Google* é formado por uma série de algoritmos que analisam o que está sendo buscado, e fornece os resultados em fração de segundos.

O conceito mais difundido como uma definição razoável de algoritmo é o de uma sequência lógica de passos, ou um conjunto de regras, que visa o alcance de um objetivo bem definido. Para O’Reilly (2013) há uma importância na regulação algorítmica, que pode ser destacada com as quatro características a seguir:

- [1] Um profundo entendimento do resultado desejado;
- [2] Medição em tempo real para determinar se esse resultado está sendo alcançado;
- [3] Algoritmos (isto é, um conjunto de regras) que fazem ajustes com base em novos dados;
- [4] Análise periódica e profunda para saber se os próprios algoritmos estão corretos e funcionando conforme o esperado (tradução própria).

A partir dessas características, que considera como fundamentais para a regulação algorítmica, O'Reilly (2013) denota uma visão otimista, ao confiar na decorrência de uma estrutura de dados públicos abertos, o que levaria a sociedade a ser mais eficiente e justa.

Todavia, apesar da divulgação dos dados e do possível acesso a todos, não há nenhuma garantia de justiça social pelo uso de algoritmos, mas, ao contrário disso, o que se vê são inúmeras empresas utilizando as informações de proveniência algorítmica, produzidas por rastros na *web* a cada busca por informação, conteúdo e/ou produto, ofertando vários produtos e/ou informações do mesmo estilo buscado. O capitalismo está funcionando de maneira bem efetiva, demarcando territórios e tentando manipular o consumo também na *web*. Aliado a este funcionamento de máquina, há a construção de uma lógica de mercado, em que as necessidades das pessoas são produzidas na publicidade, que “geralmente são anúncios de produtos, mas [que] também podem tentar lhe vender ideias” (Soares 2018).

Na lógica utilizada por esse sistema algorítmico, a linguagem é concebida como código transparente, como conteúdo, o que tende a estabilizar os sentidos e levar ao entendimento de que os resultados apresentados são os mais relevantes, verdadeiros, satisfatórios e eficientes, além de estarem associados a um tempo de resposta praticamente automático. Entretanto, não há neutralidade nos mecanismos de busca por algoritmos, esses resultados obedecem também ao número de acessos; por consequência, podem ser manipulados por interesses comerciais, políticos, sociais, entre outros. O sistema tem a capacidade de aprender, mas aprender com quem e como? O padrão de funcionamento poderá sempre ser definido pelas respostas do meio, pois “existe o paradigma simbólico, que trabalha com lógica, símbolos, com sistemas dedutivos e indutivos” (Bonatelli 2018).

A observação do funcionamento empírico envolvido nos resultados das buscas no *Google* contribuiu para a compreensão de que os textos funcionam em uma narrativa de cunho histórico, com apontamentos de fatos, a fim de comprovarem os acontecimentos: golpe e regime militar. Os resultados ocupam o lugar da certeza, da verdade. Há a construção de um efeito de estabilidade lógica do sentido, que “se constitui enquanto uma formulação singular que expõe um dado gesto interpretativo ao mesmo tempo em que produz efeitos de evidência e de transparência do dizer” (Costa 2012: 49).

Existem, portanto, proposições de aparência logicamente estável, mas que, ao mesmo tempo, são equívocas, como apresenta Pêcheux (2006: 28)

a partir do exemplo de um acontecimento [histórico], aquele de 10 de maio de 1981², a questão teórica que coloc[a] é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento [histórico], entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas.

Para o autor, as categorias “estrutura e acontecimento” estão presentes de forma amálgama, e a não estabilidade da linguagem e o equívoco não são defeitos, mas um funcionamento, que permite o deslocamento discursivo “de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux 2006: 53), abrindo espaço para a descrição e para a interpretação num batimento. Nesse ponto

(...) o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível (Pêcheux 2006: 54).

Cabe, então, à analista se apoiar nas categorias discursivas para a realização do trabalho interpretativo na relação com a descrição. No âmbito da análise do discurso, a descrição refere-se ao mapeamento das regularidades linguísticas e à identificação das formações discursivas presentes em um texto. Pêcheux (2006) destaca que a descrição não é uma tarefa neutra, pois envolve escolhas que são permeadas por condições ideológicas e históricas. Por sua vez, a interpretação vai além da simples decodificação de significados. Pêcheux (2006) ressalta que a interpretação envolve o reconhecimento das condições de produção do discurso, das formações ideológicas subjacentes e da relação entre estrutura linguística e acontecimento histórico.

Nessa perspectiva, ao realizar a descrição e a interpretação de alguns resultados das buscas (ditadura militar no Brasil, revolução militar no Brasil e golpe militar no Brasil), proponho problematizar a estabilização dos sentidos vinculados aos anos de 1964 e 2019, estabelecida na composição do *corpus*.

3. Construção de arquivo

² Data da eleição de François Mitterrand como o primeiro presidente socialista da França.
Volume 12 | N.º 2 | 2023 | <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/elingUP/>
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling12_2a5

O material de análise deste trabalho é constituído pelos títulos dos textos que são os primeiros resultados de sete diferentes buscas no *Google*, a saber: 1) ditadura militar no Brasil, 2) ditadura militar no Brasil 2019, 3) revolução militar no Brasil, 4) revolução militar no Brasil 2019, 5) golpe militar no Brasil, 6) golpe militar no Brasil 2019 e 7) golpe ou revolução.

Essas consultas foram realizadas no período de 1 a 7 de maio de 2019, e resultaram em 71 títulos de textos relacionados à temática da ditadura militar, segundo os critérios do buscador *Google*, conforme anexo. Os textos variam entre jornalísticos e educacionais, abordando a perspectiva histórica do tema. Ao organizar os títulos, observou-se a repetição de alguns deles em diferentes buscas, bem como a presença de termos comuns.

O *corpus* foi organizado a partir da construção de um arquivo para se chegar às sequências discursivas (doravante SDs) analisadas. Para Pêcheux (2010: 51) o arquivo é “entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Derrida (2001), por sua vez, concebe o arquivo como composto pelos registros do passado, influenciado por registros do presente e do futuro.

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo. Mas pela palavra “arquivo” – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo começo e comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam [...], mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada (Derrida 2001: 11).

A ordem de que trata o autor, não somente está ligada a uma ordem hierárquica, mas também a uma ordem de disposição das coisas, ou seja, a um princípio organizacional.

O *Google* obedece a um princípio organizacional que opera sob a ideia de completude, é um superarquivo: tudo registra, tudo guarda e, em consequência, recupera todas as produções de sentido. No entanto, essa ideia de que o arquivo seja constituído por documentos patentes, pelo que, de fato, ocorreu, é uma ilusão, sendo apenas arquivado sem a consideração de nenhuma lacuna. Para Derrida (2001), o arquivo é descontínuo, perpassado pela sua própria virtualidade; há a condição de possibilidade que mantém o processo de arquivamento passível de renovações, ou seja, a incompletude é constitutiva do arquivo.

Para a leitura de um arquivo, é necessária a mobilização dos processos de arquivamento dos dados discursivos, sendo importante compreender que certos sentidos foram apagados em detrimento de outros. Por isso, apesar de haver um funcionamento estabilizado para os resultados do *Google*, estes são tomados num gesto de leitura interpretativa, em que as sequências discursivas são analisadas. Ciente de que não há um esgotamento para a leitura de arquivo, recorrerei a algumas das SDs para a realização deste trabalho, encerrando o gesto de retorno ao arquivo como uma proposta de avanço do trabalho analítico.

4. Golpe, revolução: o que há de ser a ditadura militar no Brasil?

As condições de produção, ou determinações que caracterizam um processo discursivo, envolvem as formações imaginárias a respeito da própria posição e da posição do outro em uma situação concreta historicamente determinada. Acontece o que Pêcheux (1997) denomina de jogo de imagens, ou seja, o ato de os sujeitos atribuírem a si mesmos e aos outros algumas pressuposições que determinarão a maneira como agirão. As condições de produção que permitem um paralelo entre um fato histórico ocorrido no ano de 1964 e uma atualização datada de 2019 estão ligadas às formações discursivas propagadas a favor do golpe militar, que tentam deslocar o sentido negativo para um sentido aceitável socialmente.

Como a determinação de celebração do golpe militar foi realizada no ano de 2019, o sistema de algoritmos passou a indexar inúmeras notícias em torno das declarações presidenciais, e novos indexadores foram disponibilizados nas buscas do *Google*, devido às condições de produção na ocasião. Dentre os enunciados possíveis, muitos conservam uma característica de cunho educacional, como organizado a seguir:

SD01: Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre

SD02: Ditadura Militar no Brasil – Brasil Escola

SD03: Ditadura Militar no Brasil – história do regime militar, resumo

SD04: Ditadura Militar no Brasil – Só História

SD05: Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim – Toda Matéria

SD06: Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes – Politize!

SD07: Ditadura militar no Brasil: resumo, presidentes e tipos de torturas ...

SD08: Ditadura Militar: golpe, tortura, presidentes, abertura – Brasil Escola

SD09: Golpe Militar – Brasil Escola

SD10: O que é ditadura militar? – Brasil Escola

SD11: Regime Militar – História do Brasil – InfoEscola

SD12: 10 mitos sobre a ditadura militar no Brasil | Guia do Estudante

As SDs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 obedecem a uma lógica constituída ao longo da tradição acadêmica, em que há um título, por exemplo, “Ditadura Militar no Brasil”, uma marca que o separa do subtítulo (: ou -) e, em seguida, um subtítulo. No caso dos doze enunciados em questão, os subtítulos também trazem consigo a referência nominal a um *site* ligado à educação. Este é um efeito de sentido que estabiliza a construção da verdade, da evidência, da transparência, o que pode levar ao leitor a compreender que a fonte de informação é segura e confiável.

Esta construção logicamente estável aparece também nas demais SDs, pois este é um funcionamento ligado aos resultados das buscas no *Google*. Porém, além dessa característica, há uma estabilização de sentidos em “O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro”, que funciona nas SDs 14, 15, 16, 17, 18 e 19:

SD13: O **Brasil** do regime militar idealizado por **Bolsonaro** 27.03.2019 ...

SD14: Para **Exército**, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido – 31

SD15: **Bolsonaro** escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração ...

SD16: **Bolsonaro** dá asas aos nostálgicos da ditadura no Brasil ...

SD17: **Brasil de Bolsonaro** dividido no 55º aniversário do golpe militar ...

SD18: **Exército brasileiro** celebra golpe militar a pedido de **Bolsonaro** ...

SD19: **Brasil** diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos ...

Na SD13, destaca-se o verbo “idealizado”, que, ao ser empregado no participípio, traz consigo a carga de projetar algo de maneira ideal ou imaginar de forma perfeita. Essa escolha gramatical não apenas denota uma ação concluída, mas também introduz nuances na interpretação da frase. Ao optar por “idealizado por Bolsonaro”, a construção adota a voz passiva, atribuindo ao sujeito (Bolsonaro) a ação de idealizar o Brasil durante o regime militar. Essa escolha altera a ênfase gramatical, influenciando, também, a percepção do leitor, destacando Bolsonaro como o agente da idealização.

Por outro lado, a produção de sentidos seria diferente se fosse utilizada a voz ativa, como em “Bolsonaro idealizou”, que conferiria uma força direta ao sujeito *Bolsonaro* como o realizador da ação. Essa mudança na estrutura gramatical resulta em uma ênfase mais direta na participação de Bolsonaro na idealização do Brasil nesse contexto histórico. Ao utilizar a voz

passiva, surge uma distinção sutil. Em “idealizado por Bolsonaro”, o foco é na ação de idealizar, destacando a relação entre Bolsonaro e o objeto da idealização, o regime militar.

Em “O Brasil do regime militar”, evitam-se indefinições, não sendo “um Brasil”, nem “um regime militar”, formas que permitiriam outras possibilidades interpretativas. Assim, a escolha pelo artigo definido “o” e a preposição “do” estabelecem conjuntamente uma função identificadora. A preposição “do”, contraída com o artigo definido, não carrega, por si só, marcações específicas de distinção de proximidade ou distância. Entretanto, discursivamente, observa-se um funcionamento que sugere proximidade. O que se impõe é a ideia de Brasil, que se torna pátria no contexto do regime militar. Dessa forma, há uma construção de sentido que desliza para o pertencimento, expresso na formulação “o Brasil do regime militar”. A presença da preposição “do”, em conjunto com o artigo definido, reforça a identificação e a ligação intrínseca entre Brasil e regime militar, resultando na ideia de Brasil como pátria sob o regime militar.

Esse discurso tem sido difundido e tem provocado um movimento de imposição hegemônica dos apoiadores de Bolsonaro sobre os que discordam, de alguma maneira, das ideias que difunde. O discurso hegemônico constitui uma cadeia de equivalência, de modo a articular as diferenças, diminuindo os seus significados particulares. Nos jogos de força, são atendidos os interesses dos grupos proponentes de saberes e práticas com estatuto da verdade, o “que corresponde [...] à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (Monasta 2010: 98).

Ao serem significados como verdade, esses saberes e práticas põem em xeque fatos e documentos históricos que, até então, eram referências sobre como foi o período militar. Tais fatos e documentos perdem o valor de veracidade histórica, quando, por exemplo, uma parcela da sociedade brasileira clama pelo retorno do regime militar em prol da segurança pública. Este fato coloca a democracia como desnecessária e, por consequência, a escolha dos dirigentes pelo povo está dispensada.

Comumente, a democracia é conceituada como um sistema político em que os cidadãos elegem os dirigentes por meio de eleições periódicas. Ao solicitar o retorno do regime militar, o exercício da cidadania está sendo posto em causa, havendo um funcionamento antagônico ao discurso de Brasil com significado de pátria. Aqueles que solicitam esse modelo pátrio admitem não querer participar do regime político, pois deixariam de ter um governo no qual o povo exerce a soberania, perderiam a liberdade de opinião, de expressão da vontade política e de pronunciamentos quanto às decisões de interesse gerais.

Retomando as SDs 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, percebo que, entre o substantivo próprio Bolsonaro e as formulações “O Brasil do regime militar”, “O Brasil de Bolsonaro”, “Exército”, “Exército brasileiro”, “Brasil diz”, há um processo de *designação* que permite a significação do nome próprio *Bolsonaro*, num funcionamento de substituição.

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É nesse sentido que [...] o nome como uma palavra [...] [não] classifica objetos, [...] [mas] os nomes identificam objetos (Guimarães 2005, p. 9).

Nas SDs apresentadas, há um acontecimento de linguagem (Guimarães 2005) em que o nome *Bolsonaro* é significado em uma temporalidade específica, que permite alguns modos de designação que o predicam, que o determinam. Assim, o substantivo próprio “Brasil” e o substantivo coletivo “Exército” funcionam em uma relação de sinonímia que, nesses modos de dizer, designam Bolsonaro.

O que permite reconhecer o processo discursivo nesses modos de dizer é a noção de pré-construído (Henry 1997), que incide no discurso pelo viés da memória discursiva, sendo algo que fala sempre antes, em outro lugar independente do sujeito e proveniente da exterioridade. No caso das SDs, tem-se o conhecimento prévio de outros dizeres que aproximam Bolsonaro do exército, do regime militar e de um certo modo de significação de *Brasil* em oposição às pautas de esquerda e ao que ele classifica como comunismo.

A memória, aqui, é tratada no sentido situado por Pêcheux (1999), i.e., não do lado da repetição, mas da regularização em uma oscilação entre o histórico e o linguístico. A regularização se apoia sobre a incidência da repetição, mas não é a repetição em si. “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux 1999: 52).

A ideia de regime militar como um fato ocorrido devido a um golpe militar datado de 1964 é rompida pela ideia de um regime militar apoiado pela sociedade. A ruptura da concepção tradicional do regime militar, marcada por falta de democracia, repressão e tortura, em favor de

uma visão mais positiva que o associa a conceitos como provedor de paz nacional, garantidor da segurança pública, promotor do desenvolvimento econômico e opositor ao comunismo, ilustra como os discursos moldam e reinterpretam os eventos histórico que possibilitaram a construção das SDs analisadas.

Apesar da datação de 1964 nas SDs 14 e 19, houve um deslize de sentidos para o ano de 2019, não havendo a necessidade de o nome *Bolsonaro* estar grafado nas SDs para que tenha esse significado, já que outros termos deslizam para esse sentido: “Para **Exército**, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido” (SD14) e “**Brasil** diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos” (SD19). Os itens lexicais de modos de dizer “Exército” e “Brasil” ressoam o nome *Bolsonaro*, que nos processos de nomeação passa por um funcionamento de unicidade numa tentativa de não ambiguidade.

Isto significa dizer que as pessoas têm nelas algo que lhes é dado pelo processo da designação. Faz parte deste processo o fato de que o sujeito destas enunciações é o sujeito enquanto fala de uma posição ideologicamente configurada pelo interdiscurso [...]. As pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida. [...] E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito (Guimarães 2005: 45).

O nome *Bolsonaro* produz sentidos e também desliza para outros sentidos devido à relação do sistema da língua e a discursividade. Via interdiscurso, o nome não faz referência, mas recobre a ideia de Exército e Brasil, efeito de sentido ratificado pela interdiscursividade de uma carreira política que se apoia na exaltação do regime militar e um certo sentido de Brasil.

Nas SDs 15 e 16, “**Bolsonaro** escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração” e “**Bolsonaro** dá asas aos nostálgicos da ditadura no Brasil”, é perceptível o uso de um léxico que denuncia uma atitude crítica por parte do enunciador. Os termos como “escancara”, “cadáver insepulto”, “celebração”, “nostálgicos” e “ditadura” são carregados de carga semântica negativa, indicando uma postura desfavorável em relação às ações de Bolsonaro. A escolha deliberada desse léxico revela a imposição hegemônica de duas ações, “Bolsonaro escancara cadáver insepulto” e “Bolsonaro dá asas”, ambos os predicados sugerindo uma crítica contundente e a imposição de uma narrativa específica sobre Bolsonaro e sua relação com o período ditatorial. Os dois verbos atendem ao sentido de forçar, obrigar

algo a ser de outra maneira. Recai sobre o sujeito o poder de realizar algo que não depende da vontade do outro.

Já a SD 17, “**Brasil de Bolsonaro** dividido no 55.º aniversário do golpe militar...” apresenta um paradoxo notável, ao utilizar a expressão “Brasil de Bolsonaro”. A preposição “de”, inicialmente, sugere uma relação de posse, indicando que o Brasil é concebido como pertencente ou moldado pelo modelo de Bolsonaro. No entanto, a ausência do artigo definido interrompe a continuidade desse sentido, abrindo espaço para uma interpretação mais abrangente.

O paradoxo reside na contradição entre a ideia de um Brasil associado ao regime militar e a afirmação de que esse Brasil estaria “dividido”. O sentido da divisão sugere uma nação em conflito, com diferentes perspectivas e opiniões. No entanto, se considerarmos a concepção idealizada de Bolsonaro para o Brasil durante o regime militar, essa divisão torna-se paradoxal. O modelo de Brasil proposto por Bolsonaro durante o regime militar, por definição, não permitiria discordâncias ou divisões, pois esse período é frequentemente associado a uma visão de unidade e autoritarismo. Assim, a expressão “Brasil de Bolsonaro dividido”, na SD 17, cria um paradoxo intrínseco, pois coloca em conflito a noção de um Brasil idealizado pelo presidente com a ideia de divisão, evidenciando uma complexidade discursiva na representação do país e do regime militar.

Já a SD 18, “**Exército brasileiro** celebra golpe militar a pedido de **Bolsonaro**”, produz um sentido não antagônico provocado pelo modo de dizer distanciado da imposição. Recai sobre a construção “a pedido de” o sentido de solicitação, um requerimento, em contraposição ao sentido de imposição hegemônica das SDs 15 e 16. A SD 18 funciona de maneira mais estável, pois “Exército brasileiro” e “Bolsonaro” não se contrapõem.

A estabilização de sentidos também funciona nas SDs 20, 21, 22, 23, 24 e 25, bem como outros efeitos de sentidos em disputa, como discorrerei a seguir:

SD20: **Golpe de 1964**, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas

SD21: **O golpe de 1964** e a instauração do regime militar | CPDOC

SD22: **Golpe de 1964 ou Revolução de 1964?** | Guia do Estudante

SD23: **1964: um Golpe ou uma Revolução?** – Jornal do Campus

SD24: **1964: golpe ou revolução?** | Opinião | EL PAÍS Brasil – El País

SD25: **31 de março de 1964:** o que os militares fizeram foi golpe ou revolução?

Nessas SDs, a “Ditadura Militar Brasileira/no Brasil” é referenciada pelo ano de 1964, marcando o início do regime militar no país. A estabilidade desse efeito de sentido é mais

evidente nas SDs 20 e 21, onde a grafia do ano de 1964 contribui para a clareza da referência temporal. Contudo, a conjunção “ou”, nas demais SDs, sugere um deslizamento semântico entre “golpe” e “revolução”, o que possibilita uma interpretação implícita do ano de 2019, embora não esteja explicitamente mencionado. É importante ressaltar que esse deslizamento semântico se aproxima das tentativas discursivas de estabilizar o sentido do regime militar como algo positivo, movendo-se em direção ao termo “revolução”. Essa tentativa de reinterpretação histórica pode explicar a percepção do ano de 2019, mesmo não estando claramente expresso.

A disputa de sentidos nas SDs 22, 23, 24 e 25 as tornam menos estáveis, pois a conjunção está ligada à ideia de alternância. Entretanto, discursivamente o sentido tem um funcionamento que tende à exclusão, já que, dadas as condições de produção, a alternância não é tranquila. Justamente por se tratar de um posicionamento discursivo, o uso de um termo em detrimento do outro está ligado ao processo de nomeação do fato, que distancia os termos da condição de sinonímia.

Apesar da existência do sinônimo enquanto categoria gramatical, este estudo considera a incidência de sentidos em disputa nos processos de nomeação, que sempre produzem efeitos. Estes efeitos, em sua maioria, ao se designar algo de uma determinada maneira em detrimento de outra, não são imediatamente notados. Todavia, os processos de nomeação ocorrem a nível linguístico, mas afetam e são afetados por outros sistemas que organizam a sociedade, como problematizado nas considerações que seguem.

5. Considerações Finais

Historicamente, os acontecimentos vão sendo registrados e arquivados por meio de vestígios e documentos. Este funcionamento produz o sentido de verdade, estabilizado por questões estruturais e, também, por legislações, que existem em vários países do mundo e que estabelecem a criação de instituições de cunho arquivístico. Inclusive no Brasil, a Constituição de 1988 estabelece no Art. 23 que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] (Brasil 1988: 18)

Ou seja, o Estado assume a responsabilidade pela centralização e conservação de acervos em espaços públicos, de maneira a garantir o acesso da sociedade aos documentos sob sua custódia.

Esta maneira de organização corrobora a estabilização de sentidos pelo funcionamento da História, constituída pela singularidade, princípio que, segundo Ricouer (1968), invalidaria o próprio da História, pois “a história [é] essencialmente equívoca, no sentido de [se] achar virtualmente referida aos acontecimentos e ser virtualmente estrutural. A história é de fato o reino da inexatidão” (Ricouer 1968: 79).

A História, assim como o sentido, sofre mudanças pelos processos de significação. Percebo, neste estudo, que a disputa pelos modos de nomear “ditadura” – “golpe” – “revolução” envolve questões que não se apartam da História e, ao mesmo tempo que fazem parte da História, também a influenciam, a modificam.

Os processos de disputa pela significação ocorrem pela imposição de discursos hegemônicos que funcionam por meio da sobreposição de sentidos, numa tentativa de produção de apagamentos de sentidos outros. Nesse ínterim, os sentidos que sobressaem tendem a se estabilizar na construção da verdade.

Discursivamente, a verdade é um dos funcionamentos da História, que é constituída pelos modos materiais de produção (Althusser 1980), reproduzidos tanto pelas forças produtivas, quanto pelas relações de produção. É no jogo das relações de produção que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, o que se constitui nas relações de exploração, em funcionamento no sistema capitalista. Neste sistema, para que as formações sociais se mantenham, é necessário que o sujeito tenha a percepção de liberdade e que a ideologia seja inexistente.

É neste funcionamento que está inserida a disputa pela nomeação “golpe” – “revolução”. É um jogo ideológico que perpassa para as relações de produção, em prol da ideologia dominante. Neste aspecto, a questão linguística se refletirá em uma cadeia de relações, produzindo efeitos que o sujeito não controla.

Pelos processos de nomeação, como o sujeito é dito e como o sujeito diz, há um funcionamento discursivo que fala, também, do posicionamento ideológico desse sujeito. Como visto até aqui, o nome *Bolsonaro* produz deslocamentos de sentidos, bem como acontece com a forma de nomear o fato ocorrido no ano de 1964 como sendo “golpe” ou como sendo “revolução”.

Ambos os sentidos estão em disputa nos processos discursivos. O primeiro, “golpe”, carrega o acontecimento discursivo datado, registrado e arquivado historicamente; já o segundo, “revolução”, vem sendo discursivizado, numa tentativa de apagamento histórico, em decorrência de uma reconstrução discursiva do passado.

Ao nomear ou ao renomear esse acontecimento, tenta-se atingir a unicidade dos fatos, não havendo espaço para sentidos antagônicos; o nome funciona de maneira a estabilizar os sentidos. Apesar de se tratar de um fato histórico, que, por si só, clama por uma estabilização, o mesmo fato está sofrendo um processo de nomeação que o desestabiliza. Os nomes “golpe” e “revolução” trazem consigo uma relação de embate. Tais nomes são incompatíveis, e a disputa de sentidos que ocorre no nível linguístico é atravessada pelo nível político, em que o poder hegemônico recai sobre a renomeação “revolução”, numa tentativa de ressignificação histórica.

A tentativa de ressignificação é um processo que busca a estabilização do sentido. A celebração, em 31 de março de 2019, do dia do golpe militar de 1964, significado como revolução militar, é um acontecimento discursivo que afetou a estabilidade do sentido: golpe militar. A celebração dessa data é um acontecimento discursivo para a disputa de sentidos, marcando a possibilidade de o ano de 2019 aparecer nas buscas do *Google* sobre regime/golpe militar. Nada obstante, o efeito de estabilização não é permanente, pois pode ser modificado por outro acontecimento discursivo.

Referências

- Althusser, L. 1980. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.
- Bonatelli, M. L. 2018. Inteligência artificial expõe estereótipos e preconceitos embutidos em conjunto de dados. Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, São Paulo, Dossiê 204. Disponível na Internet em <http://www.comciencia.br/algoritmos-expoem-estereotipos-e-preconceitos-embutidos-em-conjunto-de-dados/>, acessado em 21.02.2023.
- Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível na Internet em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acessado em 01.02.2023.
- Costa, M. I. S. 2012. O lugar da definição na gramática: efeito de transparência do dizer. Fragmentum (33): 49-56. Laboratório Corpus: UFSM.
- Derrida, J. 2001. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Estadão. 2019. Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado - Infográficos. São Paulo, publicado em 30 mar. 2019. Disponível na Internet em <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>, acessado em 03.05.2019.
- Guimarães, E. 2005. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes.
- Henry, P. 1997. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (3. ed., 13-38). Campinas: Editora da Unicamp.
- Monasta, A. 2010. Antonio Gramsci. Recife: Editora Massangana.

- O'Reilly, T. 2013. Open data and algorithmic regulation. In Beyond transparency: open data and the future of civic innovation (1st ed., 289-300). San Francisco: Code for America Press. Disponível na Internet em <http://beyondtransparency.org/chapters/part-5/open-data-and-algorithmic-regulation/>, acessado em 15.02.2023.
- Pêcheux, M. 2010. Ler o arquivo hoje. In Gestos de Leitura: da história no discurso (3. ed., 49-59). Campinas: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. 2006. O discurso: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes Editores.
- Pêcheux, M. 1999. Papel da Memória. In Papel da Memória (49-57). Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. 1997. Análise Automática do Discurso (AAD-69) In Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (3. ed., 61-162). Campinas: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. 1995. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- Ricouer, P. 1968. História e verdade. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Soares, M. 2018. 2018: o ano em que a inteligência artificial e a burrice natural fecharam parceria. Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, São Paulo, Dossiê 204. Disponível na Internet em <http://www.comciencia.br/2018-o-ano-em-que-inteligencia-artificial-e-burricenatural-fecharam-parceria/>, acessado em 20.02.2023.

Anexo: Títulos dos textos da primeira página do *Google*, a partir de sete buscas

Busca 1: ditadura militar no Brasil
Ditadura Militar no Brasil – Só História
Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim – Toda Matéria
Ditadura Militar: golpe, tortura, presidentes, abertura – Brasil Escola
Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes – Politize!
10 mitos sobre a ditadura militar no Brasil Guia do Estudante
Ditadura militar no Brasil: resumo, presidentes e tipos de torturas ...
Golpe de 1964, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas
Ditadura Militar no Brasil – Brasil Escola

Busca 2: ditadura militar no Brasil 2019
Brasil 2019: o contexto para um golpe de estado - Justificando
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro 27.03.2019 – DW
Entenda o golpe de 1964 e as consequências da ditadura militar no país
Pela 1ª vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que ...
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste ...
Golpe de 1964, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas
Guia para não passar vergonha quando falar de ditadura Cultura ...
Ditadura Militar, golpe, tortura, presidentes, abertura – Brasil Escola

Busca 3: revolução militar no Brasil

Ditadura Militar no Brasil – Só História
Ditadura militar brasileira – Wikipédia, a enciclopédia livre
Ditadura Militar no Brasil – Só História
Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes – Politize!
O golpe de 1964 e a instauração do regime militar CPDOC
Revolução ou ditadura militar? – Mundo Educação
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro Notícias e ... – DW
Ditadura Militar no Brasil: resumo, causas e fim – Toda Matéria
Regime Militar – História do Brasil – InfoEscola
Ditadura Militar no Brasil – história do regime militar, resumo
O que é ditadura militar? – Brasil Escola

Busca 4: revolução militar no Brasil 2019
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro 27.03.2019... – DW
Entenda o golpe de 1964 e as consequências da ditadura militar no país
Para Exército, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido – 31...
Do Golpe de 1964 a 2019: permanência das violações de ontem e de ...
Guia para não passar vergonha quando falar de ditadura Cultura ...
Bolsonaro escancara cadáver insepulto da ditadura com celebração ...
Bolsonaro dá asas aos nostálgicos da ditadura no Brasil ...
Golpe de 1964, a ditadura militar no Brasil – Estado de Minas
Regime militar foi trágico e não deve ser comemorado, afirma ...

Busca 5: golpe militar no Brasil
Golpe de Estado no Brasil em 1964 – Wikipédia, a enciclopédia livre
Golpe Militar de 1964 – História do Brasil – InfoEscola
Golpe de 1964: o que foi, contexto histórico ... – Brasil Escola – Uol
O golpe de 1964 e a instauração do regime militar CPDOC
Golpe Militar – Brasil Escola
Ditadura Militar no Brasil – Só História
Golpe Militar de 1964 – História do Mundo
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
55 anos do golpe militar no Brasil – Jornal O Globo

Busca 6: golpe militar no Brasil 2019
55 anos do golpe militar de 1964 Política G1
Do Golpe de 1964 a 2019: permanência das violações de ontem e de ...
O Brasil do regime militar idealizado por Bolsonaro 27.03.2019 ... – DW
Brasil de Bolsonaro dividido no 55º aniversário do golpe militar ...
Exército brasileiro celebra golpe militar a pedido de Bolsonaro – 31/03 ...
Brasil 2019: o contexto para um golpe de estado – Justificando
Brasil diz à ONU que não houve golpe em 1964 e que governos ...
Para Exército, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido – 31 ...

Pela 1ª vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que ...

Busca 7: golpe ou revolução

Entenda a diferença entre golpe e revolução – Jornal O Globo
--

Golpe ou revolução? – 01/05/2019 – Hélio Schwartsman – Folha
--

Golpe de 1964 ou Revolução de 1964? Guia do Estudante

1964: um Golpe ou uma Revolução? – Jornal do Campus

Golpe ou revolução? Historiadores explicam o que aconteceu em ...

Entenda a diferença entre golpe e revolução – Jornal O Globo
--

1964: golpe ou revolução? Opinião EL PAÍS Brasil – El País
--

31 de março de 1964: o que os militares fizeram foi golpe ou revolução?

Golpe ou revolução? O que pensa a nova direita sobre o 31 de março ...
--